

**I SEMINÁRIO NACIONAL FONTES
DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA:
DIÁLOGOS INTERDISCIPLINARES
DE 01 A 04 DE DEZEMBRO DE 2009**

ISSN 2176-4514

**“ O CEMITÉRIO DOS VIVOS”: DEGRADAÇÃO DA CONDIÇÃO HUMANA E
PODER NORMALIZADOR NAS MEMÓRIAS LITERÁRIAS DE LIMA
BARRETO.**

Marco Aurélio Dantas Nepomuceno.

Universidade Federal de Campina Grande.

dantasaurelio@hotmail.com

LIMA BARRETO, UM ESCRITOR ERRANTE

Afonso Henriques de Lima Barreto era mestiço e de origem humilde. Nascido no Rio de Janeiro em 1881, fez parte dos estudos preparatórios no colégio Pedro II. Ingressou depois na Escola Politécnica, que abandonou antes da formatura para assegurar o sustento no funcionalismo público. Lima Barreto, era aquele tipo de intelectual marcado pelo inconformismo, o que o levou a colocar em seus romances, uma escrita ácida e corrosiva no que se refere a entender as estruturas sociais e políticas de seu país. Sua maneira de criticar a sociedade, desafiando os estilos “arrumadinhos” da época, juntamente com sua autonomia de ponto de vista, estava lhe custando muito caro. Decepção, falta de dinheiro e ausência de reconhecimento fizeram naufragar as esperanças de Lima Barreto: dentro de um copo. Porém, todos esses fatores, associado ao seu desencanto pela sociedade, justamente pela falta de reconhecimento literário por parte dos dispositivos acadêmicos, levou o escritor ao sentimento de misantropia, constituindo-se dessa forma em um boêmio inveterado. Mas é bom que se ressalve; Lima Barreto era um boêmio naquele sentido amplo da palavra: o indivíduo que convive com artistas em noitadas ou reuniões de bar. Não no significado restrito que aparece no dicionário: “farrista”, “vagabundo”, “vadio”; vadio ele realmente não era. Nessa altura da vida, aproximadamente aos 40 anos de idade, Lima Barreto já era a figura acabada de um alcoólatra. E tinha consciência disso:

Resvalava para a embriaguez inveterada, faltava a repartição semanas e meses. Se não ia ao centro da cidade bebia pelos arredores da minha casa, desbragadamente. Embriagava-me antes do almoço, até o jantar e a hora de dormir (BARRETO, 1961p. 25)

**I SEMINÁRIO NACIONAL FONTES
DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA:
DIÁLOGOS INTERDISCIPLINARES
DE 01 A 04 DE DEZEMBRO DE 2009**

ISSN 2176-4514

Ao terminar o expediente no ministério onde trabalhava – passava na redação do jornal correio da noite para entregar sua crônica diária. Depois, fazia suas andanças pelos bares até retornar a Rua Major Mascarenhas onde morava com a família.

Naquela noite de 14 de abril de 1914, tudo estava calmo na casa do escritor. Não mais que de repente, Lima Barreto começou a delirar. Um delírio povoado de gatos, fantasmas e inimigos que tentavam invadir a casa. Delírios estes confirmados em seu livro de memórias escrito no hospício, chamado *Cemitério dos Vivos*:

Depois de beber consecutivamente durante uma semana, certa noite, amanheci de tal forma gritando e o dia seguinte passei de tal forma cheio de terrores, que o meu sobrinho André, que já era empregado e muito me auxiliara, não teve outro remédio senão pedir a polícia que me levasse para o hospício. Foi essa a primeira vez que me internaram (BARRETO, 1961, P176)

Nota-se aí que o poder da família sobre o corpo do indivíduo é latente. No começo do século XIX com o advento dos saberes modernos, o alcoolismo torna-se sinônimo de doença e desregramento, levando assim seu portador a ser passível de intervenção do poder normalizador da medicina social. O escritor, portanto, sofre as primeiras estratégias do discurso higienista. Diagnóstico médico: “alucinações alcoólicas”. A família então, leva o doente para descansar na casa de um tio no bairro de Guabativa. Ele foi, mas os fantasmas o acompanharam. Vendo inimigos por toda a parte, o alucinado Afonso Henriques tornou-se agressivo. “Não restava outra saída”: um carro forte da polícia teve de conduzi-lo até o hospício da Praia Vermelha, no outro lado da cidade:

Estou no hospício, ou melhor, em várias dependências dele, desde o dia 25 do mês passado. Estive no pavilhão de observações, que é a pior etapa de quem, como eu, entra para aqui pelas mãos da polícia. Tiram-nos a roupa que trazemos e dão-nos uma outra, só capaz de cobrir a nudez, e nem chinelo e tamanco nos dão. (BARRETO, 1961, P.33)

Antes de abordarmos as experiências do escritor dentro do hospício da Praia Vermelha no Rio de Janeiro, no qual estão focadas no seu romance memorialista intitulado *Cemitério dos Vivos*, faz-se necessário uma pequena abordagem histórica

acerca do fenômeno da loucura no ocidente, para entendermos como as ciências modernas que emergiram junto com os poderes normalizadores e disciplinares colocaram o louco no lugar do “outro”, do “banal”, do “estrangeiro”, instituindo assim as dicotomias de normal e anormal , e por fim, como a medicina brasileira, no final do século XIX, alicerçada nas doutrina de Pinel e Esquirol , elaborou dispositivos cerceadores para com os sujeitos considerados “ insanos”.

UMA PEQUENA GENEALOGIA DA LOUCURA.

Na sua obra intitulada *História da Loucura*, o historiador-filósofo Michel Foucault, propõe escavar o fenômeno da loucura indo às camadas superpostas pelos saberes que dela se apossaram, demonstrando como a constituição desses saberes ocorreu em proporção inversa à despotencialização do louco. Historicizemos .

No início dos tempos a loucura estava embutida na natureza, depois naquilo que era considerado sagrado. Também na mulher e no artista. Até a Idade Média os loucos viviam nas cidades, acolhidos e absolvidos por elas. A lepra porém foi o grande objeto de confinamento e exclusão, até o descobrimento de sua cura , seguido do fechamento dos leprosários no século XIV:

Ao final da Idade Média, a lepra desaparece do mundo ocidental. As margens da comunidade, às portas da cidade, abrem-se como grandes praias que esse mal deixou de assombrar, mas que também deixou estéreis e inabitáveis durante longo tempo. Durante séculos, essas expressões pertencerão ao desumano. (FOUCAULT,2002,p.03).

Posteriormente, as doenças venéreas substituíram a lepra, assumido no mundo clássico o lugar que esta ocupava no mundo medieval. Mas a verdadeira herança da lepra vai ser assumida por outro fenômeno: a loucura. Houve um grande ocultamento para com os loucos no século XIV até metade do XVII, quando as estruturas e os jogos de exclusão ainda não se concretizaram em asilos ou em “Casas de Insanos”.

No final do século XV na paisagem da Renascença, aparece representada em obras literárias a “nau dos loucos”, que se caracterizava por ser um barco que navegava pelos rios da Renânia e nos canais flamengos com sua carga de insanos, como lembra Foucault:

**I SEMINÁRIO NACIONAL FONTES
DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA:
DIÁLOGOS INTERDISCIPLINARES
DE 01 A 04 DE DEZEMBRO DE 2009**

ISSN 2176-4514

Um objeto novo acaba de fazer seu aparecimento na paisagem da Renascença; e nela ocupará lugar privilegiado: a nau dos loucos; estranho barco que desliza ao longo dos calmos rios da Renânia e dos canais flamengos (...) esses barcos que levavam sua carga insana e uma cidade para outra. Os loucos tinham então uma existência facilmente errante. As cidades escorraçavam -nos de seus muros.(FOUCAULT, 2002 , P.09)

Nos séculos XV e XVI inúmeras produções artísticas e literárias representaram de forma peculiar a loucura: encontraremos sua presença nas obras de Shakespeare, especialmente nos personagens Hamlet e Macbeth, em Cervantes através do insano D. Quixote, ou em Erasmo no seu elogio da loucura. Tinha-se portanto, nesse período, uma tolerância e ao mesmo tempo um fascínio para com o delírio, já que a racionalidade não dominava por completo as subjetividades humanas. Assim sendo, a loucura tinha o direito de falar:

Não, não há na terra alegria, felicidade nem prazer que de mim não proceda. Observai, antes de mais nada, com que providência a natureza , terna mão do gênero humano, cuidou de semear por toda parte o condimento da loucura? Segundo os estóicos, ser sábio é tomar por guia a razão; ser louco é deixar-se ir ao sabor das paixões(ROTERDÃ,1986,P.31)

A loucura assim, fascina, porque é um saber embutido no coração dos homens, um saber fechado , invisível, uma verdade inacessível que assinala uma separação com o homem racional. Mas a oposição entre a Razão e a loucura não foi sempre tão nítida e visível. Durante muito tempo seus caminhos se entrecruzaram, em constantes intercâmbios. O cogito cartesiano a partir do século XVII instituiu uma racionalidade que excluiu a loucura, colocando seu portador no terreno da inexistência:

Como poderia eu negar que estas mãos e este corpo não são meus, a menos que me compara com alguns insanos, cujo cérebro é tão perturbado e ofuscado pelos negros vapores da bília, que eles asseguram constantemente serem reis quando na verdade são muito pobres, que estão vestidos de ouro e púrpura quando estão completamente nus que imaginam serem bilhas ou ter um corpo de vidro (DESCARTES APUD FOUCAULT, 2002,P.45)

**I SEMINÁRIO NACIONAL FONTES
DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA:
DIÁLOGOS INTERDISCIPLINARES
DE 01 A 04 DE DEZEMBRO DE 2009**

ISSN 2176-4514

Portanto, através desse discurso, Descartes é considerado uma espécie de precursor dos procedimentos racionais que instauraram novos modos de pensar, agora, sob a tutela da Razão. Em seu rastro seguem médicos, psiquiatras, analistas, etc. Em outras palavras: nascem uma gama de discursos que se entrecruzam no sentido de instituir as dicotomias entre normal e anormal. Nos séculos seguintes, cria-se uma nova instituição baseada nesses preceitos: o hospital dos loucos, onde uma gama de “degenerados” terá sua liberdade reclusa. Instaure-se agora a institucionalização da loucura, fundada no discurso médico, no sentido de coibir os indivíduos considerados anti - sócias. Nesse sentido, nasce o grande internamento do século XVIII:

É evidente que o grande internamento, em suas formas mais primitivas, funcionou como um mecanismo social, e que esse mecanismo atuou sobre uma área bem ampla dado que se estendeu dos regulamentos mercantis elementares ao grande sonho burguês de uma cidade onde imperaria a síntese autoritária da natureza e da virtude. (...) o internamento seria assim a eliminação espontânea dos ‘a-sociais’ (FOUCAULT,2002,P.79)

No mundo burguês, onde a noção de virtude ascética era sempre propagada no intuito de restaurar as características mais fundamentais do espírito dos homens, nesse mundo onde a Razão se proclama como expansão do pensamento , não haveria espaço para a efetuação exaustiva do vício e do desregramento no qual o escritor Lima Barreto era portador assíduo.

O internamento nesse sentido, tem como característica uma preocupação moral. O indivíduo acometido pelo alcoolismo, que ali cai, deve encontrar-se novamente com Deus e deve ser preparado para o castigo e a penitência, no intuito de voltar a comunhão da qual foi expulso pelo “pecado”que cometeu. Lima Barreto então, será vítima do castigo carceral, pois este é fundamental para o bom funcionamento da sociedade:

Castigo, declaração de guerra e medida contra um inimigo da paz, da lei, da ordem, da autoridade, violador de todos os tratados que garante a existência da sociedade, perigoso, rebelde, traidor e perturbador, a quem há de se combater por todos os meios de que a guerra dispõe (NIETZSCHE ,2003,P.79)

Sabemos que o poder normaliza e confina. Toda sociedade enfim é formada de procedimentos de verdade que se arrogam no direito de instituir aquilo que é “certo” ou “errado” legal ou proibido. Os hospícios , muros que a Modernidade criou, estão pautados nesses princípios, onde o que se vigora são as dicotomias entre normal e patológico. Todavia, o Brasil como um país que estava passando por um processo de modernização higienista em meados do século XIX, adota este sistema de reclusão

**I SEMINÁRIO NACIONAL FONTES
DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA:
DIÁLOGOS INTERDISCIPLINARES
DE 01 A 04 DE DEZEMBRO DE 2009**

ISSN 2176-4514

fundado na ciência e no progresso, ficando assim, as bases do poder normalizador do Segundo Império. Nesse sentido, emerge no Rio de Janeiro em 1841, o nosso primeiro hospício:

É em meados do século XIX que começam a aparecer as primeiras teses médicas sobre a alienação mental. É em 1841 que o imperador decreta a criação, na Praia Vermelha do Rio de Janeiro, o hospício D.PedroII, modelado de acordo com as instituições francesas, organizadas pelos médicos Pinel e Esquirol (MURICY, 1988, P.33)

O século XIX marca o instante decisivo em que a loucura recebe o estatuto de “alienação mental” pelo discurso médico, sendo assim integrada ao campo da medicina, de uma medicina especial que é a psiquiatria. Desde o início, a psiquiatria apresenta uma tensão entre a exigência de integrar a loucura ao mesmo esquema da racionalidade do pensamento médico e a necessidade de reconhecer sua originalidade com relação com outras doenças, na medida em que suas características não se prestam facilmente ao mundo patológico. Contudo, a esse novo processo, a essa nova tecnologia de poder, aplicada pela primeira vez no Brasil pela medicina do século XIX, chama-se de normalização da sociedade. A preocupação de controlar o corpo social, enquanto espaço de uma periculosidade – como a loucura- em relação a saúde pelo saber competente e normalizador do médico, era o que caracterizava a nova racionalidade da medicina. Assim sendo, nesse mundo higienizado, onde a virtude e a pureza eram idéias a serem impostas pelos novos saberes que assentaram terreno agora na primeira Republica brasileira, seria inconcebível as práticas de desregramentos como o alcoolismo e outros males. O alcoolismo, portanto, sendo considerado a “perversão da mente”, será instituído como transgressão da ordem social e conseqüentemente associado pelo discurso médico como “degeneração dos sentidos”. Temos aí uma preocupação também moral por parte do poder normalizador ,como sustenta Roberto Machado:

O desregramento, a perversão, a desordem da afetividade, das paixões e, por conseguinte, da moral consistindo no fenômeno determinante deste tipo de loucura, mostram como o conceito de alienação mental não implica necessariamente uma lesão da inteligência, situando-se em um nível menos intelectual do que moral, que diz mais respeito a conduta do que ao pensamento do indivíduo(MACHADO, 1988, P.391)

Como frisou muito bem Machado, a questão da conduta do indivíduo, ou aquilo que o sujeito exerce como forma de despojamento anárquico numa sociedade cerceadora e moralista, é o que tem mais peso em sua reclusão. A primeira Republica brasileira, que emergiu no final do século XIX, carregou consigo os ideais de virtude

**I SEMINÁRIO NACIONAL FONTES
DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA:
DIÁLOGOS INTERDISCIPLINARES
DE 01 A 04 DE DEZEMBRO DE 2009**

ISSN 2176-4514

calcados na ordem e no progresso , tendo a ciência positiva como sua aliada inseparável. Lima Barreto, que viveu no seio desse espaço de conflitos, como escritor magistral, boêmio-inveterado e incorrigível, será vítima dos procedimentos de poder dessa ciência, sendo levado pelas mãos da polícia ao hospício D.Pedro II , à mando da família. Lá chegando, escreveria um dos seus mais chocantes livros de memórias intitulado *o cemitério dos vivos*, no qual denuncia as mazelas e o descaso médico cometidos pelos seguidores de Pinel e Esquirol aos sujeitos considerados “anormais”.

“ O CEMITÉRIO DOS VIVOS”: RESISTÊNCIA DO ESCRITOR E DENÚNCIA SOCIAL.

Foucault nos explica que os poderes disciplinares imbuídos no arcabouço de instituições como os hospícios, têm como características principais a docilização dos sujeitos às normas reguladoras. Mas entendemos também, que estes mesmos sujeitos, sejam em que situação opressora se encontrem, reinventam significados para sua existência. Em outras palavras: onde há poder, há resistência. A escrita anárquica, e o poder da palavra de Lima Barreto, trancafiado no hospício D.Pedro II, assume o papel da denúncia social, levando a ciência ao desmascaramento, e conseqüentemente associando-a ao poder repressivo:

**I SEMINÁRIO NACIONAL FONTES
DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA:
DIÁLOGOS INTERDISCIPLINARES
DE 01 A 04 DE DEZEMBRO DE 2009**

ISSN 2176-4514

Eu tinha muito medo do médico da seção Pinel; ele tinha o orgulho e a fé na sua atividade intelectual, e os pontos de dúvida que deviam tirar de seu espírito o sentimento de sua evidência, pareciam que antes reforçavam – no (...) o terrível nessa coisa de hospital é ter-se de receber um médico que nos é imposto e muitas vezes é de nossa confiança. Além disso, o médico que tem em sua frente um doente, de que a polícia é tutor, é a impessoalidade da lei! (BARRETO,1961,P.58).

Lima Barreto chama a atenção para a caracterização do hospício como uma instituição cerceadora, onde os poderes que ali são exercidos não diferem quase nada de uma penitenciária comum, onde a ordem atua de maneira mais crua e visível. O hospício, portanto, é um lugar fechado, com uma única entrada constantemente vigiada, de onde o alienado não sai, a não ser para os passeios pelas redondezas, mas sempre acompanhado pelos enfermeiros, e onde não entra ninguém que possa interferir na relação da psiquiatria com o seu doente.

O hospício no qual o escritor carioca relata é a grande realização da psiquiatria atrelada à Modernidade do século XIX. Contando com dispositivos específicos, pessoal especializado, população selecionada, e arcabouço jurídico, o que garante um poder maior de intervenção sobre o corpo do sujeito, passa a existir como uma nova realidade institucional, resultado de uma luta médica que impõe cada vez mais a presença normalizadora da medicina como uma das características essenciais da sociedade em que vivemos.

No começo do romance de memórias, Lima Barreto chama a atenção para uma medida punitiva de se tratar o sujeito acometido pelo delírio, em que até então os historiadores passaram despercebidos. Trata-se do macabro “cárcere ambulante”, uma charrete puxada por cavalos, portando na parte superior uma pequena jaula, onde era trancafiado o indivíduo até ser conduzido ao hospício:

Por mais passageiro que seja o delírio, um cárcere dessa conformidade só pode servir para exacerbá-lo mais e tornar mais odiosa aos olhos do paciente uma providência que pode ser benéfica. A medicina, ou sua subdivisão que qualquer outro nome possua, deve dispor de injeções ou lá que for, para evitar este antipático e violento recurso que transforma o doente em assassino nato envolvido para fera. (BARRETO,1961,P.153).

O que chama a atenção além da perspicácia crítica do autor em colocar a ciência em cheque, é a negligência por parte da medicina brasileira do começo do século XX ao tratamento da loucura. Os médicos que seguiam as cartilhas de Pinel e Esquirol,

**I SEMINÁRIO NACIONAL FONTES
DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA:
DIÁLOGOS INTERDISCIPLINARES
DE 01 A 04 DE DEZEMBRO DE 2009**

ISSN 2176-4514

trabalhavam com uma metodologia precária e sem rigor, não alertando para as distinções, confundindo várias vezes as questões e os conflitos teóricos:

Há um a nomenclatura, uma terminologia, segundo este, segundo aquele; há descrições pacientes de tais casos, revelando pacientes observações, mas uma explicação da loucura não há! Procuram os antecedentes do indivíduo, mas nós temos milhões deles e, se fosse possível conhecê-lo todos, ou melhor, ter memórias de seus vícios e hábitos, é bem certo que, nessa população que cada um de nós reside, haveria de haver loucos, viciosos, degenerados de toda sorte (BARRETO, 1961,P.53).

O hospício, lugar de racionalidade, território das manobras científicas e higienistas, também é ação do poder sobre o corpo do sujeito. O indivíduo que ali cai, vítima das consequências do desregramento que culmina com a loucura, tem a sua identidade totalmente despojada do que era antes, passando então a sofrer intervenções médicas, onde seu corpo é o principal alvo:

Pela primeira vez, fundamentalmente, eu senti a desgraça e o desgraçado. Tinha perdido toda a proteção social, todo o direito sobre o meu corpo, era assim como o anfiteatro de anatomia. (...) o hospício é uma prisão como outra qualquer, com grades e guardas severos que mal nos permitem chegar à janela (BARRETO,1961,P.258).

A idéia do isolamento expressa uma zona de conflito entre a família daquela época e a psiquiatria: assim como foi Lima Barreto, o louco deve ser distanciado do meio doméstico, que não só causa, mas acirra a doença mental. Trata-se portanto, de organizar o contato entre o doente e a família através do hospício. A essa tarefa, cabe o alienista, sujeito portador do discurso higienista e racional, o que lhe garante um maior poder de intervenção no seio familiar. Ele arrancará o sujeito vítima da moléstia de seu lar, e o lançará entre os muros do hospital. A personagem do médico deve agir em cima desses prestígios que lhe são dados:

A personagem do médico, segundo Pinel, deve agir, não a partir de uma definição objetiva da doença ou de um diagnóstico classificador, mais se apoiando nesses prestígios em que se ocultam os segredos da família, da punição e do amor; é jogando com esses prestígios, assumindo a máscara do Pai justiceiro, que o médico, através de um desses bruscos atalhos que deixam de lado sua competência médica, transforma-se no operador quase mágico da cura e assume a figura de um taumaturgo (FOUCAULT,2002,P.449).

**I SEMINÁRIO NACIONAL FONTES
DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA:
DIÁLOGOS INTERDISCIPLINARES
DE 01 A 04 DE DEZEMBRO DE 2009**

ISSN 2176-4514

A instituição médica, focalizada na figura racional do alienista, não está só no seu projeto de segregação aos indivíduos taxados de “doentes mentais”. Além do poder normalizador, notaremos também na reflexão das memórias do escritor aqui estudado, o poder disciplinar; esse exercido pela polícia, que além de reprimir as manifestações populares, e tudo aquilo que era objeto de transgressão social, todavia se fixou como um dos dispositivos de controle na mãos dos herdeiros de Pinel e Esquirol, como lembra muito bem o autor de *Clara dos Anjos*, levado ao hospício pela força policial:

A polícia, não sei como e porque, adquiriu, a mania das generalizações, e as mais infantis. Suspeita de todo estrangeiro; todo cidadão de cor há de ser por força malandro; e todos os loucos hão de ser por força e só transportáveis em carros blindados. Os superagudos homens policiais deveria perceber bem que há tantas formas de loucura quanto há de tratamentos entre as pessoas mais ou menos sãs, e aos furiosos são exceção; há até dementados que, talvez, fossem mais bem tratados num colcho fúnebre e dentro de um caixão, que naquela antipática almajarra de ferros e grades (BARRETO,1961,P.151).

Além da denúncia acerca dos meios arcaicos de conduzir o louco, como o carro fúnebre, Lima Barreto chama a atenção para mais uma forma de segregação da loucura além do viés moral e racional. É explícito acima a questão da cor do sujeito como um dos pré-requisitos à sua reclusão. Podemos entender essa passagem citada pelo autor, como o processo da eugenia ocorrido no Brasil no final do século XIX, onde, com o advento dos saberes modernos, como as teoria racistas, colocou-se tudo aquilo que não fosse idêntico a raça branca no lugar do “outro”, do “estrangeiro”, criando dessa forma uma pedagogização da diferença. Assim, a elite brasileira projetou imagens idealizadas da brancura e da europeidade da nação durante gerações, na medida em que a eugênia era fortemente defendida por médicos e cientistas sociais, unidos por um desejo nacionalista de ver o Brasil sair da beira da degeneração provocada pela mistura de raças e culturas, ou pela pobreza e costumes primitivos. Sem querer fugir do tema, é quase que impossível abordar a obra de Lima Barreto sem adentrar-se nas questões sobre racismo, além do mais por se tratar de um escritor mulato que sentiu na pele as várias formas de preconceito de uma sociedade que em poucas décadas havia libertado seus escravos.

Retomando o tema, o hospício D.Pedro II, como uma instituição carcerária deve responder à exigência do isolamento do sujeito portador do delírio. Construído na zona periférica da cidade, sua posição geográfica deve proporcionar as indispensáveis condições de ar puro, silêncio e tranquilidade acima de tudo. Essa instituição, erigida para ser um esgoto onde se atiravam os homens infames da primeira República, longe

**I SEMINÁRIO NACIONAL FONTES
DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA:
DIÁLOGOS INTERDISCIPLINARES
DE 01 A 04 DE DEZEMBRO DE 2009**

ISSN 2176-4514

de ser uma casa humanitária, preocupada com a dignidade do indivíduo , trazia na verdade uma noção de cadeia para toda a sorte de criminosos , identificando-se como um obstáculo à prática recuperadora . O autor de *Triste Fim de Policarpo Quaresma*, menciona muito bem o poder punitivo em estado crú como uma das formas de controle direcionada a um dos internos:

Amaciado um pouco, tirando dele a brutalidade do acorrentamento, das surras, a superstição das rezas, exorcismos, bruxarias, etc, etc, o nosso sistema de tratamento da loucura ainda é o da Idade Média: o seqüestro. Não há dinheiro que evite a morte, quando ela tenha de vir; e não há dinheiro nem poder que arrebate ao homem da loucura. Aqui, no hospício, com suas decisões de classe, de vestuário, etc, eu só vejo um cemitério : uns estão na sepultura e outros na cova rasa (BARRETO, 1961, P.76).

Entendemos agora porque o autor denominou seu livro de memórias de *Cemitério dos Vivos*. Trata-se da análise minuciosa de uma instituição arcaica, formada de profissionais que herdaram e importaram de forma desarticulada as doutrinas dos alienistas franceses, tentando sem sucesso aplica-las em uma sociedade totalmente desestruturada como a nossa.

No decorrer de suas reflexões, Lima Barreto ainda toca num ponto fundamental para entendermos uma das peças de sustentação do poder normalizador: a religião. A crença, mas do que nunca é um elemento da ordem, e as pessoas tendem sempre a zelar por ela. No hospício, o poder espiritual assume um papel essencial no sentido de conduzir o indivíduo que caiu na degeneração, no “caminho de Deus”. O escritor se depara com alguns padres no corredor do hospital:

Houve festa na capela ao sair do café.(a uma hora) Cruzei-me com os padres. Que imbecís! E a constituição! Padres como esses não fariam mal, se não fossem eles a guarda do Estado Maior Jesuítico que nos pretende oprimir, favorecendo os ricos e pavoneando seus preconceitos(BARRETO, 1961,P.104).

Descarregando sua crítica ácida aos sacerdotes católicos, Lima Barreto identifica o poder religioso como mais uma estratégia de docilidade para o controle do sujeito transgressor, mostrando desse modo que o internamento é constituído de um caráter plenamente pedagógico, onde o ideal de virtude deve ser um dos princípios a serem seguidos .O asilo comporta assim o poder moral da consolação e de uma fidelidade dócil. Ele é o domínio religioso, domínio da moral pura, da uniformização da ética (FOUCAULT, 2002, P.487).

**I SEMINÁRIO NACIONAL FONTES
DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA:
DIÁLOGOS INTERDISCIPLINARES
DE 01 A 04 DE DEZEMBRO DE 2009**

ISSN 2176-4514

O romancista passou quase um ano retido no hospício D. Pedro II por alcoolismo desenfreado. Ao sair, representava a figura acabada de um homem que perdeu seu corpo e sua alma numa instituição onde o poder se fazia exercer de forma sutil e as vezes cruel. Sua resistência frente a esses dispositivos de controle, se dará, na medida que sua intuição e seu poder de testemunho se aguçam no sentido de desmascarar os saberes científicos que foram galgados na República, associando-os aos poderes cerceadores, mostrando assim que aquele projeto iluminista de uma Razão emancipadora estava fadada ao fracasso. Nesse sentido, Lima Barreto carrega consigo uma visão totalmente niilista e desencantada da Modernidade, pois, para ele, as Luzes que criaram a liberdade e o progresso, também criaram os muros e as grades.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARRETO, L. **O Cemitério dos Vivos**. Rio de Janeiro: editora Brasileira, 1961.

FOUCAULT, M. **História da Loucura**. São Paulo: Perspectiva, 2002.

MURICY, K. **A Razão Cética**. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

MACHADO, R. **A Danação da Norma**. Rio de Janeiro: Graal, 1989.

NIETZSCHE, F. **A genealogia da Moral**. São Paulo: 2003.

ROTTERDÃ, E. **O Elogio da Loucura**. Editora Novo Horizonte: 1986.